

VII Seminário Internacional – As Redes Educativas e as Tecnologias: transformações e subversões na atualidade. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

"Um dos crimes que deveria ser severamente punido é o emprego da força contra menores": Notícias sobre o castigo físico contra crianças na Gazeta de Notícias (1875-1877).

de Moraes Monção, Vinicius.

Cita:

de Moraes Monção, Vinicius (2013). *"Um dos crimes que deveria ser severamente punido é o emprego da força contra menores": Notícias sobre o castigo físico contra crianças na Gazeta de Notícias (1875-1877)*. VII Seminário Internacional – As Redes Educativas e as Tecnologias: transformações e subversões na atualidade. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/vinicius.moncao.de.moraes/2>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pMdy/g8n>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

“UM DOS CRIMES QUE DEVERIA SER SEVERAMENTE PUNIDO É O EMPREGO DA FORÇA CONTRA MENORES”: Notícias sobre o castigo físico contra crianças na *Gazeta de Notícias* (1875 – 1877)

Vinicius de Moraes Monção^(*)

INTRODUÇÃO

O conceito de infância enquanto construção cultural e histórica (SACRAMENTO, 2001; LEITE, 2009), está em constante processo de resignificação influenciados pelos conflitos e acordos estabelecidos nos grupos sociais.

Ariès (1981) apresenta-nos que a necessidade de diferenciação entre as *crias da casa* (LEITE, 2009) dos adultos ocorreu dentro do período da modernidade, emergindo nos finais do século XVII, se concretizando a partir do século XVIII nas camadas superiores da sociedade (ARIÈS, 1981) e se estendendo para as camadas pobres.

No Brasil, a implementação do conceito moderno de infância teve a participação e contribuição de médicos, juristas e intelectuais que dispostos e ansiosos pela construção de uma nova sociedade delinearam as bases das ações voltadas para a criança brasileira. Na segunda metade do século XIX intensificaram-se as ações do Estado em prol da infância, principalmente, aquela caracterizada como pobre, moral e fisicamente abandonada, na busca pela construção da nação saudável livre dos vícios e males que impediam que o país tivessem homens fortes para contribuir com o progresso do país (KUHLMANN JÚNIOR, 2002).

No entanto, sendo as relações sociais polissêmicas, complexas e controversas a implementação do pensamento médico higiênico europeu, de conceito de infância moderna, não foi uma tarefa de fácil execução e de êxito instantâneo.

Os estudos sobre a infância brasileira no século XIX valorizaram os aspectos de melhores condições de salubridade e higiene na intenção de redução das altas taxas da mortalidade infantil que assolavam a nação (TRINDADE, 1999; PARDAL, 2011) e também sobre a questão do aleitamento materno, por alguns médicos chamados de *leite mercenário* (CARULA, 2012).

^(*) Pedagogo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: vinimoncao@gmail.com.

De acordo com Pires (2005), o primeiro trabalho médico apresentando sobre maus-tratos data 1860 e foi apresentado pelo Dr. Ambroise Tardieu (1818-1879) na França. Nesse trabalho, Tardieu trata sobre as sequelas da força física deixadas em uma criança, do qual surge o termo “criança espancada”. Nos Estados Unidos, em 1874, encontramos o marco das ações efetivas para a proteção das crianças vítimas de maus tratos. Trata-se da menina Mary Ellen Wilson que foi levada às autoridades, por membros da comunidade, a fim de que pudesse ser protegida das constantes agressões que sofria de sua madrasta e do companheiro desta última. Como ainda não havia instrumentos legais que pudessem ser utilizados como proteção da menina, sua defesa foi ancorada pela Sociedade Norte Americana para Prevenir a Crueldade contra Animais, com o argumento que ela fazia parte do reino animal e assim, deveria também ser protegida (Idem).

Considerando as trocas culturais existentes entre as principais cidades ocidentais, essa discussão pode ter chegado ao Brasil e encontrado adeptos da discussão.

Interessados em verificar os possíveis conflitos existentes e as histórias não registradas, tampouco representadas, nos discursos oficiais “contra o uso da força física contra menores”, buscamos junto à imprensa local do período elementos que pudessem contribuir para esboçarmos o processo de construção do conceito de infância no Brasil, revisitando os conflitos sociais existentes a partir das narrativas do jornal e que, de certa forma, se relacionam com a questão dos castigos físicos e o uso da força contra menores.

Para isso foi realizado a leitura e pesquisa no jornal carioca *Gazeta de Notícia*, entre os anos de 1875 e 1877, do qual foram selecionadas notícias encontradas, referentes a queixas, denúncias e discursos dos intelectuais acerca da temática apresentada no parágrafo acima.

DELINEANDO O SUJEITO HISTÓRICO: QUEM ERA CONSIDERADO CRIANÇA?

Em dicionários do século XIX podem ser encontrados significados atribuídos à criança: *Menino ou menina, estado mínimo que ainda não falla¹; menina, menino que se cria, idade do menino até sete anos²*. Pelo imaginário social, os termos apresentados acima são entendidos como genéricos para nomear o período etário que o ser humano se encontra. No entanto, o espectro dos termos utilizados para designar crianças é bem mais amplo. Nomes específicos existiam e eram utilizados para distinguir a origem social e econômica desses sujeitos. Como exemplo, aos

¹ Dicionario de língua Portuguesa, 1813.

² Dicionário de língua Portuguesa e Dicionario de synonymos, 1848

pequenos escravos podiam ser designados como *moleque, rapaz pardinho, molequinho, mulatinho, mulatinha...* (FREYRE, 2010).

Além da questão do lugar social ocupado que marcava a diferenciação entre os sujeitos, Gondra & Garcia (2004) apresentam distintas divisões da vida humana, pautada em faixas etárias, que fazem parte da estruturação da vida e organização da sociedade (GONDRA & GARCIA, 2004). Dessa forma, a construção da infância, os espaços a elas destinados, a construção de escolas e programas de ensino e ainda como as relações entre crianças e adultos deveriam ser estabelecidos, marcam o projeto da nação moderna.

No Rio de Janeiro, do século XIX, as relações sociais entre adultos e crianças não estavam totalmente separadas. As crianças, principalmente as pobres, estavam inseridas no mundo adulto. Seja na atuação de trabalhos ou na convivência do cotidiano, os filhos dos pobres estavam mais vulneráveis a acidentes e as agressões físicas praticadas por donos de tabernas, bêbados, passantes e capoeiras (SCARANO, 2008).

Nazarena, Virgílio, José são algumas das crianças identificadas nas notícias e tiveram parte de suas histórias de conflitos perpetuadas. A percepção e a descoberta dessas histórias só foram possíveis pelo olhar atento que permitiram que tais histórias pudessem ser novamente reveladas e assim contribuir para o exercício de pensar a História da Infância no Brasil pela perspectiva do cotidiano. As publicações da *Gazeta de Notícias* podem ser compreendidas como registros do mal-estar que os castigos e o demasiado uso da força física contra as crianças causavam na sociedade brasileira nas últimas décadas do século XIX.

A GAZETA DE NOTÍCIAS

Teve início em 1º de agosto de 1875, no Rio de Janeiro a circulação da *Gazeta de Notícias* que, segundo Asperti (2006), marcou a nova era vivenciada pelo jornalismo Brasileiro no século XIX com a modernização da imprensa carioca pela compra de maquinários e tipógrafos importados da Europa e o “novo” jeito de fazer jornalismo (ASPERTI, 2006).

Além da inovação do maquinário, a *Gazeta de Notícias* investiu no barateamento do produto e também na diversidade de informações, com notícias voltadas para os acontecimentos sociais buscando o entretenimento dos leitores. Tais características fizeram com que se diferenciasse do *Jornal do Commercio*, que tinha como foco as informações econômicas e ministeriais e era, até o momento, o mais importante periódico da Corte.

Ainda inovando, a *Gazeta de Notícias* inaugurou um espaço no jornal intitulado de “folhetim”³ no qual grandes nomes da literatura brasileira deixaram seus pensamentos registrados nesse espaço, dentre os quais destacamos Machado de Assis (ASPERTI, 2006). Além da diversidade de informações, seus classificados recheavam quase metade da *Gazeta de Notícias* de um total da média de oito páginas. Os classificados apresentavam a publicidade dos mais variados produtos que iam do aluguel e venda de escravos, fortificante para crianças e adultos e a venda de tecidos importados diretamente da França para a confecção de roupas.

De acordo com Sodré *apud* Asperti (2006), com as características: “barato, popular, liberal, vendido a quarenta réis o exemplar, se contrapunha e concorria com o único jornal consolidado da época, o Jornal do Comércio” (SODRÉ *apud* ASPERTI, 2006, p.257), contribuiu para a ampliação da imprensa no Brasil e favoreceu também para o surgimento de outros jornais com as mesmas características.

Após pouco tempo de circulação, a *Gazeta de Notícias* alcançou renome nacional. O jornal reproduziu elogios recebidos por outros jornais de outras cidades brasileiras, nas quais reconheciam os feitos do corpo editorial e a qualidade do produto comercializado. Como a do *Paulista de Taubaté* e o *Correio Mercantil de Pelotas*:

A *Gazeta de Notícias* é, segundo informações que temos, o diário que produz maior edição no Brasil; mesmo o *Jornal do Comércio*, fazendo-se excepção de certos períodos anormaes nunca atinge a uma edição de 14.000 exemplares como é actualmente o da *Gazeta de Notícias* (GAZETA DE NOTICIAS, Rio de Janeiro, 05/03/1877).

Por mais de uma vez temos reclamado a atenção dos nossos leitores para a importante folha diaria que se publica na capital do império, sob a denominação – *Gazeta de Notícias* (...) Na imprensa do império, a *Gazeta de Notícias* occupa lugar de honra e muito saliente pela dedicação que consagra ao progresso público pelos esforços e sacrificios que emprega no sentido de trazer os seu inumeros leitores ao par de todos os acontecimentos que lhe possam interessar nas diversas relações da vida, e, finalmente, pelo criterio e exatidão com que transmite as suas notícias. De uma actividade admiravel, de uma illustração digna de apreço, a redação da *Gazeta de Notícias* encara todas as questões políticas e sociais que se apresentam na tela da discussão com a maior imparcialidade possível, sem attender ás considerações ou conveniencias, sem guiar-se por outra inspiração mais que a verdade, a razão e a

³ Espaço geralmente localizado na primeira página do jornal destinado para a publicação de discursos políticos, novelas e romances divididos em pequenos capítulos.

justiça. É um jornal independente (...) especial cuidado que dedica à disseminação de todos os conhecimentos que se relacionam com a prosperidade do commercio, da industria, das artes, das sciencias e da civilização (GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 09/03/1877).

As notícias presentes na *Gazeta de Notícias* demonstram a existência de circulação de informações entre o Rio de Janeiro e as cidades consideradas civilizadas pelos grupos de intelectuais que contribuíram para as mudanças ocorridas na cidade a partir da segunda metade do século XIX.

Dentre as publicações é possível encontrar assuntos relativos às disputas políticas entre escravocratas e abolicionistas, a implementação da Ciência Médica, as turnês que passavam pelo Rio de Janeiro das companhias musicais, os problemas com transporte, a falta d'água na cidade, entre outros fatos. Suas informações são registros da história cotidiana de uma cidade na qual fazem parte tanto os grandes personagens da época, quanto os anônimos e desconhecidos. Além desses fatos, pode-se verificar a apropriação de conceitos médicos e higiênicos que foram responsáveis pela estruturação da infância moderna no Brasil e também com a divulgação dos saberes legitimados na academia e na busca e aceitação dos cidadãos leitores.

O folhetim publicado na *Gazeta de Notícias* em 18 de agosto de 1875, assinado por L. Sentor, discorre sobre a realidade das crianças no contexto carioca sob o ponto de vista das tímidas ações do Governo Imperial frente à realidade que se vivia no período. L. Sentor inicia seu texto fazendo uma crítica ao corpo legislativo brasileiro, no qual, segundo as palavras do autor “os nossos grande legisladores parecem não ter compreendido ainda que as creanças protegidas, amparadas, crescem e fazem-se homens” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/08/1875).

No decorrer de seu texto denuncia as mortes diárias das crianças que “seriam futuros cidadãos, futuros obreiros do progresso” (Idem), fato que demonstrava que as “frágeis creancinhas” não eram amparadas pelas ações governamentais. L. Sentor ainda trata sobre a questão da ausência de mecanismos que pudessem investigar a causa das mortes dos recém-nascidos e sobre a necessidade de se estabelecer o registro civil como meio para impossibilitar o abandono de corpos pela cidade. Por fim, justifica que “a importância e magnitude deste assumpto de tão momentoso interesse não póde restringir-se ao acanhado espaço de que dispomos nesse folhetim” (Idem).

As contribuições de L. Sentor, publicadas no primeiro mês de circulação do jornal nos induziu a verificar se o assunto relacionado à infância seria tratado nos demais dias, como de fato aconteceu, no entanto sua ênfase estava voltada para denúncias de diferentes conflitos sociais que

colocavam a criança em evidência e vulnerabilidade. O uso da força física contra crianças viria a fazer parte da pauta do editorial da *Gazeta de Notícias*.

Nos dias 10 e 15 de agosto de 1875, concomitantemente, foi apresentada a população carioca duas notícias que denunciam e relatam o uso da força física utilizada contra duas meninas. A primeira menina, não teve sua identidade revelada, sendo apresentada como filha de Manuel Joquim de tal, que possuía mais ou menos 8 anos; a segunda, identificada como Nazarena, de seis anos de idade.

A primeira notícia relata em detalhes o acontecido: uma briga doméstica no qual Manuel agride sua esposa. Sua filha de “mais ou menos oito annos” narra à sua avó, sogra de Manuel, o ocorrido. Revoltando-se contra a menina que “dera com a língua nos dentes”, a espanca.

A segunda notícia, além de ter o relato de como se deu a agressão, detalhando o instrumento utilizado para a agressão (um ovo quente introduzido na boca de Nazarena) é finalizada enfatizando a necessidade da interferência das autoridades e sugerindo “ô desprezo de todas as almas bem formadas”:

(...) Esse caso é dos tais que merecem a seria attenção das auctoridades. O pai que assim trata uma creança de 6 annos, só póde merecer o máximo rigor das leis, e o desprezo de todas as almas bem formadas (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/08/1875).

Além dessas duas notícias relatadas que inauguram o jornal, elas apresentam os conflitos sociais existentes entre o processo de urbanização as condições de vida das diversas *infâncias* na cidade, outras tantas notícias sobre o uso da força física contra crianças foram encontradas na *Gazeta de Notícias*. Algumas apenas relatando o ocorrido e outras solicitando as autoridades as devidas providências, como o caso de “Benedicto, preto livre, que na praia de Botafogo” agrediu com um martelo o menino José Moreira de Oliveira, de 9 anos. No final, o redator adiciona que “este acto de brutalidade pede seria punição” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 11/09/1875).

Em outras notícias foi relatado que o agressor foi preso, em outras que as autoridades devem intervir e noutras, ainda, a presença do discurso médico e higienista no que se refere à proteção das crianças e da necessidade de haver um ambiente sadio para que possam crescer saudáveis e assim no futuro, promover o desenvolvimento do país.

Tal acento do discurso médico presente na *Gazeta de Notícias* pode ser percebido na notícia do dia 7 de fevereiro de 1876. Segundo o redator,

Um dos crimes que devia ser severamente punido é o emprego da força contra menores, que ás vezes por uma levianidade própria de seus annos são, castigados

rigorosamente. Estes castigos por demais violentos, fazem de crianças robustas que promettiam ser homens fortes, ás vezes, rachitticos e aleijões. É raro o dia em que a polícia não tem de chamar as contas algum d'esses valentões que espancam menores. Ainda ante-hontem foi accusado d'isso o dono de uma casa da rua de S. José. Não merece benevolência das authoridades, aquelles que não respeitam a fraqueza de suas victimas (GAZETA DE NOTÍCIAS, 07/02/1876).

Em 12 de agosto de 1876, é publicada uma denúncia que utiliza pela primeira vez, o termo “maus-tratos”:

Não nos cansaremos nunca de censurar os maus-tratos feitos á crianças inoffensivas, por homens que abusam da força, pretendem castigar com pancadas e toda a sorte de violências os grandes erros de crianças de 8 e 10 annos. Mais um d'esses factos chega agora ao nosso conhecimento. Diz o informante, que ante-hontem, na travessa de Maruby n.2, um homem espancou atrozmente um moleque, que se acha em perigo de vida em uma casa da rua de S. Luiz Gonzaga. Apesar de comparecer o inspector do quarteirão da freguezia de S. Christóvão, consta-nos que nem se quer, se fizera auto de corpo de delicto! (GAZETA DE NOTICIAS, 12/08/1876).

Nessa notícia/denúncia, três elementos são apresentados e que consideramos de considerável importância para percebermos a influência do pensamento médico higiênico e compreendermos as tensões sociais existentes. O discurso de proteção da criança contra os maus-tratos, pautado no aspecto de vulnerabilidade e indefeso da criança, é característica que Lajolo (2009) defenderá como um poderoso recurso teórico que procura adesão da causa da *infância desgraçada*⁴ pela sensibilização de corações (LAJOLO, 2009). O jornal, enquanto veículo de comunicação adquire função de denunciador dos conflitos sociais, sendo assim legitimado pela sociedade como porta-voz dos que necessitam e, por último, a crítica feita às autoridades, no caso ao inspetor da polícia que “nem se quer” fizeram o exame de corpo de delicto.

Os autores das denúncias não são identificados, tampouco os autores das notícias. Por vez, tais denúncias e notícias não partiam somente dos médicos higienistas, jornalistas e jurídicos. Pessoas comuns tornavam-se, de certa forma, paladinos da causa da defesa das crianças.

Nesse período em que estamos analisando, a prática do uso da força era legitimada como meio pedagógico para a formação do sujeito inferior na escala social, crianças e escravos, desde que houvesse o intuito de criar, educar e/ou instruir:

⁴ Termo criado que refere-se a infância não agraciada pela proteção do saber médico e da família nuclear.

Quando o mal consistir no castigo moderado, que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discípulos; ou desse castigo resultar, uma vez que a qualidade delle, não seja contraria ás Leis em vigor (CÓDIGO CRIMINAL, Art. 14, parágrafo 6º, 1830).

Contudo, o limite existente entre a prática do castigo moderado e o excesso encontrou no jornal uma espaço de questionamento e as repercussões das práticas dos castigos, quando imoderados, passaram e ser objetos de denúncias.

Além das queixas feitas por adultos, foi possível encontrar denúncias de maus-tratos feitas à polícia e autoridades pelas próprias crianças. Casos estes que nos causam estranhamento e surpresa, já que a condição de passividade atribuída à criança é histórica. Contudo, é importante ressaltar que tais denúncias são pontuais e não podem ser generalizadas. As iniciativas das crianças nos possibilitam compreender que a feitura histórica não é linear e que sua trama de complexidade pode nos revelar situações impensadas para o período histórico nas relações entre os sujeitos. As crianças que na História geralmente “não eram percebidas nem ouvidas” (DEL PRIORE, 1992), passam a ser percebidas e ocupar lugar na sociedade e também no jornal.

Ainda há poucos dias noticiamos o excessivo numero de menores que são maltratados por homens de quem não podem-se defender, e já hoje temos de noticiar mais um d’esses factos vergonhosos. O dono de uma taberna castigou tão brutalmente um menor seu caxeiro que o deixou com o corpo cheio de contusões. **O menor foi queixar-se á polícia**, da qual esperamos que não deixará impune tal verdugo (grifos nossos) (GAZETA DE NOTÍCIAS, 09/02/1876).

Outros casos de denúncias, feitas pelas próprias crianças foram encontrados. Foram elas o da Luiza Maria da Conceição que também se queixou à polícia “por haver sido maltratada pela dona da casa n.168 da rua da Uruguayana” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22/02/1876), e o caso de:

Um menor, empregado em uma casa da rua do Riachuelo, apresentou-se ante-hontem na polícia, com várias contusões no corpo que foram feitas por vigorosas vara de marmello applicada pelo dono da casa. O motivo serviços que fora encarregado (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14/01/1876).

Tais fatos acima apresentados revelam um cotidiano imerso em conflitos que envolvem diferentes sujeitos, entre eles, meninos e meninas agentes de sua própria história.. Pensar a infância pela voz da própria infância nos propicia outra compreensão da sociedade e até mesmo do desenvolvimento de ações governamentais voltadas a ela.

As notícias que representam as denúncias das crianças podem demonstrar a subversão dos modelos de infância comumente apresentados, ela como sujeito passivo, vítima e a mercê da benfeitoria dos adultos. Ainda sobre a presença da denúncia das crianças publicadas na Gazeta, compreendemos que esse fato também pode ser visto como inovador, muito embora seja a representação e esteja carregado de interesses e manifestações de quem a inseriu no texto jornalístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As publicações da *Gazeta de Notícias* nos possibilitam visualizar os conflitos e embates científicos acerca da criança brasileira, na segunda metade do século XIX, no qual começava a ser delineado os discursos de proteção da criança contra as práticas abusivas da força física pautadas na crença de que crianças bem cuidadas cresceriam fortes, saudáveis e robustas, assim, iriam contribuir para o crescimento econômico e social da nação (WADSWORTH, 1999).

Nesse percurso é possível perceber os meios utilizados pelos grupos intelectuais na disseminação dos discursos de proteção à infância, formando e informando sobre os rumos necessários que deveriam ser tomados na construção de uma nação moderna e higiênica.

As notícias apontaram que no final do século XIX, o uso da força física como forma de moldar os corpos já era questionado. Nas ruas, casas, escolas e ambientes por onde a criança circulava e estava em condição de aprendiz, o castigo físico poderia ser tolerado, como pode ser verificado no Código Criminal de 1830, embora a legislação específica da instrução pública das provinciais tendeu a eliminar essa forma de punição ao longo do Segundo Reinado. No cotidiano escolar, manteve-se até o século XX um projeto pedagógico e educativo de crianças pautado pelo uso da força, com o uso da palmatória⁵ nas escolas. Lá, a má conduta do aluno ou a resposta errada aos exercícios poderia ser punida pela palmada com o instrumento de suplício entre outros ritos vexatórios (SCHUELER, 2007).

A partir da pesquisa foi possível identificar movimentações de parte da população carioca que, influenciados pelo discurso médico higienista, se tornou parceira na luta pela construção e proteção da infância brasileira.

Por fim, a análise de periódicos para pensarmos a construção da sociedade e as vozes silenciadas no processo histórico, nos possibilita delinear e esboçar histórias de vida esquecidas por

⁵ Artefato de madeira com cabo e ponta em formato circular, utilizado para aplicar palmadas quando o aluno cometia algum erro ou manifestava comportamento inadequado.

não terem sido pessoas ilustres. Utilizá-los para perceber as crianças nas suas relações com o mundo dos adultos favorece-nos a construção de uma outra História, aquela rejeitada pelos discursos oficiais.

REFERÊNCIAS:

- ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.
- ASPERTI, C. M. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. In: *Contemporânea*, n.7. 2006.
- CARULA, K. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em *A Mãe de Família*. História, Ciências, Saúde, v.19, supl. Manguinhos, Rio de Janeiro, 2012.
- DEL PRIORE, M. (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo. Contexto, 1992.
- FREYRE, G. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Rio de Janeiro, Editora Graal, 4º edição, 2010.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1875-1877.
- GONDRA, J. & GARCIA, I. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº26. Rio de Janeiro, 2004.
- KUHLMANN JÚNIOR, M. **Ideias sobre a educação da infância no 1º Congresso Brasileiro de proteção à infância, Rio de Janeiro, 1922**. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação: história e memória da educação brasileira. Natal, 2002.
- LAJOLO, M. **Infância de papel e tinta**. In: *História Social da Infância no Brasil*. FREITAS, M. C. (org.). São Paulo, Cortez, 7º ed. 2009.
- LEITE, M. L. M. **A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem**. In: *História Social da Infância no Brasil*. FREITAS, M. C (org.). São Paulo, Cortez, 2009.
- PARDAL, M. V. C. **O cuidado com as crianças pequenas no Brasil escravista**. In: *Educação da Infância: história e política*. VASCONCELLOS, V. M. R. (org.). Niterói, Editora da UFF, 2ª ed. 2011.
- PIRES, A. L. D. *et al.* Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. In: *Arquivos Ciências da Saúde*, 12; jan-mar 42-49 p. 2005.
- SACRAMENTO, M. J. **A globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade**. In: *Em defesa da educação infantil*. GARCIA, R. L. *et al* (orgs.). Rio de Janeiro, DP&A editora, 2001.
- SCARANO, J. **Crianças esquecidas das Minas Gerais**. In: *História das crianças no Brasil*. DEL PRIORE, M. (org.). São Paulo, Contexto, 2008.
- TRINDADE, J. M. B. **O abandono de crianças ou a negação do óbvio**. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n.37, 1999.

RESUMO:

Na segunda metade do século XIX a criança no Brasil passou a ser alvo de interferência dos saberes científicos. A formação de sujeitos saudáveis, que no futuro pudessem contribuir para o desenvolvimento da nação, tornou-se pauta das ações governamentais destinadas à população infantil brasileira. A pesquisa se deu pela leitura do jornal *Gazeta de Notícias*, entre os anos de 1875 e 1877, e o levantamento das notícias relacionadas aos “castigos imoderados”, o “uso da força contra menores” e ainda aquelas que se mostravam contrárias a essas práticas. Neste trabalho buscamos apresentar que, embora sejam escassos os documentos oficiais e referências bibliográficas relacionadas ao tema dos maus-tratos e dos castigos físicos no período proposto, a utilização do jornal possibilitou pensarmos as relações e o combate da prática, juntamente com a bibliografia que discute os padrões de civilização e modernidade implementada na sociedade brasileira a partir do século XIX. Esse trabalho teve como objetivo apresentar as notícias referentes ao uso da força física contra crianças publicadas no periódico sendo elas possíveis gêneses dos discursos de proteção das crianças em publicados em jornais.

Palavras-chave: *Gazeta de Notícias*. História da Infância. Maus-tratos. Castigos físicos.